

**MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: EGRESSOS DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO
MODULAR DE ENSINO NO ESTADO DO AMAPÁ.**

GLAUCE MARY LIMA SOUZA

UNIVERSIDAD DEL SOL

SANTANA, 2019

Resumo

Esta investigação trata sobre a migração estudantil: egressos do sistema de organização modular de ensino no estado do Amapá. O tipo de pesquisa é qualitativa. Foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo. Como técnica de entrevista e o instrumento um questionário aberto. O desenho de investigação não experimental. A população da pesquisa atinge 06 egressos, com um nível de exigência de 95% de confiança e erro 5%. Diante desse contexto, definiu-se como objetivo geral: analisar a migração estudantil no Ensino Médio, no que se refere a alunos egressos do Sistema de Organização Modular de Ensino da Escola Estadual Antonio Figueiredo na comunidade do Torrão do Matapi e Escola Estadual Itamatatuba para o sistema regular com abrangência no ano de 2016, nas Escolas Estaduais Maria Ivone de Menezes, Tiradentes, Azevedo Costa e Nilton Balieiro em Macapá/Ap. Que diz respeito aos objetivos específicos identificar a concepção de migração de alunos entre sistema modular e regular de ensino, avaliar as causas da migração de alunos do sistema modular para o regular, descrever os mecanismos que as escolas estabelecem para a migração de alunos, demonstrar o número de migrações de alunos no ano de 2016 e pontuar as formas de adaptação dos alunos migrados do sistema modular para o regular. Dos dados coletados deu como resultado que foi possível avaliar que entre as causas da migração de alunos do sistema modular para o regular, está a busca dos estudantes pela oferta de melhor infraestrutura, qualidade do ensino que se refletem na aprendizagem e na formação da consciência cidadã, novas habilidades, geralmente, encontradas na escola de ensino regular.

Palavras-chaves: Migração de alunos, sistema modular, sistema regular

Abstract

Keywords:

MIGRAÇÃO ESTUDANTIL: EGRESSOS DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO

MODULAR DE ENSINO NO ESTADO DO AMAPÁ.

Introdução

Esta pesquisa surgiu da necessidade de analisar a migração estudantil no Ensino Médio, no que se refere a alunos egressos do Sistema de Organização Modular de Ensino da Escola Estadual Antonio Figueiredo na comunidade do Torrão do Matapi e Escola Estadual Itamatatuba para o sistema regular com abrangência no ano de 2016, nas Escolas Estaduais Maria Ivone de Menezes, Tiradentes, Azevedo Costa e Nilton Balieiro em Macapá/Ap. O assunto para a coletividade é necessário que hoje se tem em saber como se dá a migração dos egressos esses egressos estão satisfeitos com o seu trabalho, suas relações interpessoais e a sua motivação como seu trabalho

A questão de estudo sobre a migração de estudantes deverá atentar observar a continuação do aprendizado do estudante de modo a compreender se este está sendo capaz de adaptar-se a processos formativos e de cidadania e preparação para o trabalho.

Tais questões observadas terão relação com fatos colhidos da vivência de A questão de estudo sobre a migração de estudantes deverá atentar observar a continuação do aprendizado do estudante de modo a compreender se este está sendo capaz de adaptar-se a processos formativos e de cidadania e preparação para o trabalho.

alguns estudantes da comunidade de Torrão do Matapi no Estado do Amapá e Itamatatuba, pois a partir destes locais indicados como locus da pesquisa, pretende-se compreender como ocorre o deslocamento de estudantes do ensino médio nas escolas atendidas pelo SOME em espaço rural. Neste sentido, o estudo tenta abordar migração a sistema alternativo e aprendizagem no contexto do ensino médio.

O tema como se disse aborda uma questão social e apresenta os elementos de pesquisa de caráter científico e embora se coloque no recorte local, remete a contextualizar discussão teórica, na medida que irá utilizar bases de dados fornecidas pelas informações das unidades escolares e da Secretaria de Educação do Estado do Amapá para evidenciar as discussões neste campo teórico

Egressos do sistema modular são ex alunos do sistema modular. Neste sentido, este trabalho é relevante por três razões relacionadas à contribuição como pesquisa para a ciência da educação no marco dos seus limites: uma teórica, outra metodológica e a última prática.

No que se referem ao aspecto teórico, as idéias, as opiniões, os dados e as notícias sobre o tema os resultados desta pesquisa oferecem aberturas que analisar a migração estudantil no Ensino Médio, no que se refere a alunos egressos do Sistema de Organização Modular de Ensino da Escola Estadual Antonio Figueiredo na comunidade do Torrão do Matapi e Escola Estadual Itamatatuba para o sistema regular com abrangência no ano de 2016, nas Escola Estaduais Maria Ivone de Menezes, Tiradentes, Azevedo Costa e Nilton Balieiro em Macapá/Ap

No aspecto metodológico, que são a modo, a configuração, os métodos e os instrumentos que se empregar para se aproximar aos resultados desta pesquisa contribuíram para analisar a migração estudantil no Ensino Médio, no que se refere a alunos egressos do Sistema de Organização Modular

Acredita-se, que o aspecto prático, através desta que trouxe específicos identificar a concepção de migração de alunos entre sistema modular e regular de ensino, avaliar as causas da migração de alunos do sistema modular para o regular, descrever os mecanismos que as escolas estabelecem para a migração de alunos, demonstrar o número de migrações de alunos no ano de 2016 e pontuar as formas de adaptação dos alunos migrados do sistema modular para o regular de ensino

1.1 CONCEPÇÕES DE MIGRAÇÃO DE ALUNOS ENTRE SISTEMA MODULAR E REGULAR DE ENSINO

Em um mundo marcado por contrastes, estabelecem-se tensões entre a garantia e a efetivação dos direitos básicos, como à vida, à saúde, à educação,

dentre outros. Se, por um lado, há a garantia desses direitos em termos legais, por outro convive-se cada vez mais com a “normalização” da negação dos mesmos, ou a hierarquização em sua garantia desses direitos.

Santos (20018) afirma que no Brasil, identifica-se a presença dessa hierarquização, especialmente no que diz respeito ao direito à educação pública. Por exemplo, para a população de 0 a 3 anos, o direito ao acesso à educação não é garantido de modo eficaz pelo Estado, pois somente 23,2% dessa população frequenta a escola. Outro exemplo é o direito à educação para a população do campo, pois, convive-se, dentre outros problemas, com a realidade do analfabetismo: dos 8,5% de analfabetos do país, 20,8% deles encontram-se em áreas rurais (IBGE, 2013). Nesse sentido torna-se preocupante no que diz respeito a educação para uma parcela da sociedade que não tem esse acesso direto com a educação, que são pessoas que moram em localidades muito distantes das cidades.

Ainda segundo a autora esses questionamentos emergem quando o Estado é chamado a assumir, de fato, a educação dos filhos dos trabalhadores do campo, da zona rural etc., através de uma proposta educativa que garanta o direito constitucional de educação para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros(as), e que atenda às demandas históricas dessa população, visto que esta sempre enfrentou dificuldades para garantir tal direito.

De acordo com Rodrigues (2016) na tentativa de contribuir para a educação dessa parcela da população que se pensou na expansão progressiva direcionadas às populações do campo. A questão se mostra ainda mais delicada, dado que o modo de produção capitalista, ao manter o meio rural afastado de sua órbita de prioridades, tem segregado historicamente tais populações ao firmar o meio urbano-industrial como núcleo estratégico do grande capital.

Essa política só é possível de ser implantada se caso ocorra uma espécie de anexo da cidade no campo para seu funcionamento, ocorrendo uma dinâmica bem diferente da dinâmica social da cidade.

Foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 211, o qual explicita “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” que, por sua vez, proporcionou a descentralização do ensino, especialmente o ensino de 5ª série ao 3º ano do 2º grau, o qual no momento pode ser levado através da descentralização das escolas estaduais às regiões ribeirinhas do país. (PEREIRA 2016, 188)

A constituição de 1988 garantiu a gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental, a população do campo tem a seu favor um instrumento de garantia de direitos nunca antes conquistados nas Constituições anteriores à Carta Magna de 1988. Antes desse período os sujeitos do campo conseguiam cursar somente às primeiras séries do ensino fundamental, uma vez que ao campo havia sido destinado apenas esse grau de escolaridade.

Antes desta lei os alunos somente conseguiam cursar o ensino fundamental, sendo obrigado a ir para os centros urbanos estudar. Mas e acordo com Pereira (2016) os discentes eram forçados a interromper seus estudos visto que suas famílias não tinham condições financeiras suficientes para mantê-los nos centros urbanos de nosso país para que pudessem dar continuidade aos estudos, até mesmo pelo fato de os mesmos contribuírem, satisfatoriamente, com a renda familiar, bem como pelo difícil acesso de muitas comunidades ribeirinhas em relação às cidades brasileiras, contribuindo assim para o elevado índice de analfabetismo e baixo grau de escolaridade dos jovens e adultos das regiões pobres do Brasil.

Como se percebeu, anteriormente, o Estado não se revelou capaz de democratizar o ensino nem para o campo - nem para a cidade - e chegamos aos anos 90 com um déficit histórico (SAVIANI, 2006), ou seja, 48 milhões de analfabetos.

Coutinho (2009) afirma que os programas e projetos dos anos posteriores à ditadura invadiram, predominantemente, o campo descaracterizando a cultura dos que possuem uma vida social e trabalhadora específica bem diferente da vivida nas cidades. Tentavam mudar o comportamento do homem e da mulher do campo, impondo comportamentos adequados ao progresso social-técnico, leia-se fortalecer o capitalismo no campo, promovendo uma educação específica de destituição de suas identidades.

Contudo a política educacional deve ser pensada a partir do capitalismo e não o contrário. Ou seja, é o capitalismo que planeja o planejamento das políticas públicas educacionais. A Lei 9.394/96 ao tratar da educação do campo, apenas faz referência que o Ensino Fundamental contará com calendário próprio e, portanto desvincula-se a escola rural dos meios e da conotação escolar urbana, não explicitando claramente qual será a política de educação do campo, até que em 2001 o MEC resolveu aprovar as diretrizes operacionais para a educação do campo.

O paradigma de educação do campo toma como ponto de partida a

realidade e a luta camponesa por reforma agrária; valoriza o fazer pedagógico em educação e a produção de cultura e, ao mesmo tempo, busca delinear qual o melhor caminho teórico-metodológico que a educação deva seguir. Daí a noção de paradigma como uma ponte ente a teoria e a realidade concreta, usadas para fomentar políticas, projetos, visões de sociedade, de educação, de campo. (COUTINHO 2009, p.47)

A vida no campo possui características próprias, diferentes da sociedade urbana, a vida é pautada na relação trabalho e terra por isso a educação é vista por uma visão tradicional do espaço rural como sinônimo de atraso, de imobilismo, desconsiderando a força de trabalho e a riqueza produzida por uma maioria para usufruto de uma minoria latifundiária. Na relação homem-terra esse paradigma se fortalece pelo princípio da exclusão de tudo que não o comporta. Deste modo, o paradigma rural tradicional elege, seleciona o que lhe interessa como modelo econômico e cultural. Nesse sentido a educação do homem do campo só poderiam se contrapor ao paradigma dominante tomando para si a autoria política de sua própria história, qual seja: criar um paradigma para a construção de uma educação que identificasse seus sujeitos e dentro de seu território porque é onde se encontram as diferentes identidades.

1.2 AS CAUSAS DA MIGRAÇÃO DE ALUNOS DO SISTEMA MODULAR PARA O REGUL

A educação, em seu sentido mais amplo, enfrenta acentuados problemas de qualidade e não alcançou patamares desejáveis de democratização. A própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) nº 9394/96 trouxe mudanças no sistema de ensino nacional, principalmente com a necessidade da democratização do ensino. É preciso reconhecer a grande importância da temática em questão na sociedade atual, uma sociedade globalizada e cada vez mais imersa em novidades as quais exigem do sujeito qualificação adequada. Percebe-se, nesse contexto, que houve também, uma considerável mudança no mercado de trabalho atual que pede mais agilidade e humanização em todos os setores. Com essa mudança no mercado de trabalho, nota-se a crescente busca pelo conhecimento em uma sociedade que deve priorizar a democratização no ensino para que as pessoas alcancem melhores colocações no mercado e boas oportunidades de emprego, ou seja, é preciso indivíduos preparados.

É consenso que os avanços da modernidade atingiram a vida sociocultural das pessoas, hoje, fazem parte do cotidiano das escolas, faculdades e universidades, possibilitando que professores e alunos tenham à disposição a possibilidade de uma nova forma de ensinar e aprender. Assim, surgem novos paradigmas no cenário da educação. Inserida neste cenário, a educação é chamada para mudar a sua postura e constituir-se em meio às necessidades da vida cotidiana, das quais certamente já fazem parte da sociedade atual em que vivemos.

O reflexo deste descaso tem contribuído para transformar o campo em um espaço cada vez mais envelhecido, ou seja, com pouca presença de jovens, fato este, que tem preocupado e mobilizado estudiosos e movimentos sociais a fim de compreender as perspectivas para continuidade do homem no campo, como também as possibilidades de reprodução social, ambiental e econômica das famílias.

Marinho (2015) demonstram que a permanência do jovem no campo se torna mais ameaçada quando o mesmo almeja um nível de ensino incompatível com o que é ofertado em sua comunidade. Soma-se a isso a renda conseguida nas terras da família, com a lavoura e outras atividades, sendo sempre inferior ao necessário para garantir seu projeto de vida. Para o pesquisador os jovens do campo vivem um constante antagonismo, divididos entre a possibilidade de trilharem projetos e sonhos pessoais na cidade, expressos em frases como “melhorar a qualidade de vida sua e da família”, “ser alguém na vida” e a vontade de continuar morando no local de origem, com a família. Ele lembra que no campo, o sentimento de pertencimento a localidade e a família são mais fortes já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais” (MARINHO, 2007). Desta forma esses jovens cultivam laços que os prendem a cultura de origem, mas ao mesmo tempo contemplam a cidade como uma possibilidade de construir seus projetos de vida

Para o autor é essencial nesse sentido que:

(...) a juventude precisa ser compreendida a partir das relações sociais, das disputas de poder e principalmente do contexto histórico, no qual os jovens estão inseridos. Neste sentido, a construção de cursos e programas direcionados a juventude do campo no âmbito dos movimentos sociais e instituições de ensino deverá necessariamente pautar-se na forma como esses sujeitos compreendem e se relacionam com o seu território,

como ponto de partida dos processos pedagógicos, somando esforços para a transformação social do campo. (MARINHO, 2015, p. 17).

Com isso reafirmamos a necessidade de ações públicas que atinjam a juventude que hoje mais do que nunca vem sendo atacada de diferentes formas, inclusive a juventude urbana, vulnerável à péssimas condições de vida, desemprego ou subemprego, condicionada a violência, condenada a viver de forma ilícita.

Outro ponto a ser destacado como forma de migração de jovens para a cidade é a preocupação com a precariedade dos estabelecimentos, a falta de material didático e também a formação dos professores para atuarem no meio rural, escolas com condições mínimas para estudar o que impulsionava ainda mais a busca por “melhores” escolas localizadas nos centros urbanos.

De acordo com Marinho (2015) o sujeito do campo só conseguem cursar apenas as primeiras séries iniciais do ensino fundamental, o que nos faz pensar que se caso quisessem progredir nos estudos deveriam se deslocar aos centros urbanos para tal finalidade. Porém para viver na zona urbana seus familiares teriam que prestar assistência financeira aos mesmos, visto que para sobreviver ali demandariam de algumas necessidades básicas como: alimentação, uniformes escolares, material didático, dentre outros.

Dessa forma observa-se quem tem acesso à escola situada no campo não têm garantia de permanência nem de qualidade do ensino, porque, são longas as distâncias entre a localização das escolas e a moradia dos estudantes. Além disso, seus currículos são desvinculados de sua própria realidade e da realidade em que os estudantes estão inseridos.

1.3 OS MECANISMOS QUE AS ESCOLAS ESTABELECEM PARA A MIGRAÇÃO DE ALUNOS

Esta modalidade de educação surgiu de uma experiência de educação alternativa com a finalidade de ofertar ensino médio para suprir as demandas do interior do estado (TAVARES NETO, 1998).

A efetivação das atividades desta modalidade desenvolve-se, fundamentadas através de uma parceria entre o governo do e Secretaria de Estado de Educação e as prefeituras municipais, e tal parceria materializa-se a partir de um convênio

firmado entre as partes.

Nesta conjuntura, esta modalidade de ensino atrela-se à dependência administrativa do Estado, no entanto, na prática, quem o abriga são as escolas municipais, sob a gestão dos municípios conveniados. Isso ocasiona uma série de distorções no gerenciamento das unidades escolares de funcionamento, no que concerne a acompanhamento de alunos e professores, aquisição de materiais de limpeza, didáticos e pedagógicos.

Essa percepção leva a crer a falta de elementos administrativos e pedagógicos para que os alunos fiquem informados e atendidos. Nota-se que existem precários processos, instrumentos ou estratégias de informação, orientação e apoio ao desenvolvimento

Assim as pessoas não precisariam mais sair do campo para estudar, e ainda do papel dos professores e sua formação como educadores do campo para inverter esse papel, de conscientizarem que é possível uma educação que valorize os povos do campo e não os faça sentirem-se inferiorizados como sujeitos e desvalorizados seus saberes. Nota-se uma preocupação com a materialidade de uma educação que dialogue com os saberes e culturas, mas que não seja inferiorizada nem estigmatizada

Nas pesquisas de França (2016) esclarece que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) trouxe mudanças para o quadro da educação rural,

essa nova lei acrescentou muito pouco quando trata da educação voltada para os povos do campo, limitando-se apenas ao artigo 28, que trata da oferta da educação básica às populações camponesas, dizendo que “os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias à sua adequação e às peculiaridades da vida rural e de cada região”, recomendando que os conteúdos curriculares e metodologias, organização escolar, em especial o calendário escolar, deveria respeitar o ciclo agrícola, questões climáticas e abordagem a respeito da natureza do trabalho na zona rural. (FRANÇA 2016, p. 25).

Pelo presente estudo percebe-se que essa lei não foi totalmente alcançada, mas pelo menos foi lembrada e reconhecida suas particularidades e, principalmente, abrindo espaço para as lutas dos movimentos sociais pela elaboração de políticas públicas que “atendam às reais necessidades dos povos que trabalham e vivem no

campo, assim como a formação dos sujeitos que atuam nesse meio.” (RODRIGUES, 2009, p. 71).

Nesse sentido, o SOME foi criado para suprir uma carência educacional junto à população do campo, especialmente adolescentes e juventude em geral que termina o ensino fundamental e tem que ir para a cidade para continuar os estudos. Dessa maneira o Ensino Médio Modular vem suprir essa lacuna da descontinuidade dos estudos no campo, acolhendo jovens que precisam cursar o ensino Médio.

Para o pesquisador os jovens do campo vivem um constante antagonismo, divididos entre a possibilidade de trilharem projetos e sonhos pessoais na cidade, expressos em frases como “melhorar a qualidade de vida sua e da família”, “ser alguém na vida” e a vontade de continuar morando no local de origem, com a família. Ele lembra que no campo, o sentimento de pertencimento a localidade e a família são mais fortes já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais. Com isso reafirmamos a necessidade de ações públicas que atinjam a juventude que hoje mais do que nunca vem sendo atacada de diferentes formas, inclusive a juventude urbana.

Metodologia

O presente artigo surgiu de uma leitura prévia da literatura específica sobre o assunto. Construindo-se a pesquisa bibliográfica por análise de livros, artigos, dissertações e teses, com intuito de reunir informações para ilustrar quais as causas da migração dos egressos do sistema modular para o sistema regular de ensino . Pretendeu-se nesse sentido, construir argumentos teóricos que subsidiem os alicerces dos resultados da pesquisa da migração de campo.

Nesta pesquisa optou-se pelo enfoque qualitativo Enquadrou-se dentro das perspectivas qualitativas sendo que o foco da investigação deu-se em torno das dimensões: específicos identificar a concepção de migração de alunos entre sistema modular e regular de ensino, avaliar as causas da migração de alunos do sistema modular para o regular, descrever os mecanismos que as escolas

estabelecem para a migração de alunos, demonstrar o número de migrações de alunos no ano de 2016 e pontuar as formas de adaptação dos alunos migrados do sistema modular para o regular

O nível de pesquisa abordado neste trabalho foi de profundidade descritiva. O desenho é não experimental uma vez que o pesquisador não manipulou a variável.

A população da pesquisa atinge 06 alunos egressos, e a amostra foi 06 egressos da escola, amostragem aleatória s, com um nível de exigência de 95% de confiança e erro 5%. Diante desse contexto. Com a técnica de entrevista com um guião estruturada, com instrumentos de perguntas abertas

Resultados

3.5 Alunos egressos do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME para o regular de ensino

Quadro 05 – Alunos migrados

| - O que você entende por alunos transferidos do sistema modular para o regular de ensino? | |
|---|---|
| RESPONDENTES | RESPOSTAS |
| ALUNOS MIGRADOS | <ul style="list-style-type: none"> - 03 alunos afirmaram que procuram o ensino menos intensivo, pois o sistema modular é muito intensivo, pois querem ver todas as disciplinas durante o ano todo e não por módulo devido em muitos momentos falharem no conteúdo por acontecer algo e não dá tempo de passarem todos os conteúdos |

| | |
|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> - 03 alunos responderam que é devido estarem atras de melhor qualidade de ensino. |
| <p>- Quais as causas da sua migração do sistema modular para o regular de ensino?</p> | |
| RESPONDENTES | RESPOSTAS |
| ALUNOS MIGRADOS | <ul style="list-style-type: none"> - 04 alunos afirmaram que as causas foi devido as precárias estruturas pelas quais passam as escolas na zona rural - 02 alunos disseram que pela constante falta de professores. |
| <p>- Como a escola faz para lhe transferir para o sistema regular de ensino?</p> | |
| RESPONDENTES | RESPOSTAS |
| ALUNOS MIGRADOS | 06 alunos responderam que a escola prepara apenas sua documentação de transferência e entrega. |
| <p>- Como foi o plano de estudos da escola que o recebeu como aluno do sistema modular para seu prosseguimento nos estudos no ensino regular?</p> | |

| RESPONDENTES | RESPOSTAS |
|---|---|
| ALUNOS MIGRADOS | <ul style="list-style-type: none"> - 03 aluno afirmou que a escola determinou que ele cursasse todas as disciplinas, mesmo já tendo cursado no modular - .02 alunos informaram que a escola disse que eles iriam estudar em outro horário para completar - 01 aluno respondeu que eles apenas repetiram suas notas de um bimestre ao outro |
| - Como foi sua adaptação na escola de ensino regular? | |
| RESPONDENTES | RESPOSTAS |
| ALUNOS MIGRADOS | <ul style="list-style-type: none"> - 06 alunos informaram que não tiveram problemas em se adaptar ao ensino regular, acontecendo tudo normal. |

Fonte: Pesquisadora

- Na investigação realizada junto aos alunos egressos do sistema modular para o regular de ensino, inicialmente se abordou a eles para saber o que eles entendem por alunos transferidos do sistema modular para o regular de ensino. Todos responderam de forma que 03 alunos afirmaram que procuram o ensino menos intensivo, pois o sistema modular é muito intensivo, pois querem ver todas as disciplinas durante o ano todo e não por módulo devido em muitos momentos falharem no conteúdo por acontecer algo e não dá

tempo de passarem todos os conteúdos e 03 alunos responderam que é devido estarem atrás de melhor qualidade de ensino.

É nesse contexto que a educação para a população que mora nas áreas mais afastadas da cidade deve ser diferenciada, não apenas em conteúdo, mas que articule as várias dimensões. Como afirma Arroyo (2007) seja cultural, identitária lúdica, contexto, uma educação dialógica que considere os aspectos da localidade onde se reproduz e sua gente, sem negligenciar outros saberes. Nesse sentido revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade. Uma concepção muito mais rica do que a redução do direito à educação, ao ensino, informação que pode ser adquirida em qualquer lugar.

- A segunda pergunta realizada aos alunos egressos do sistema modular para o regular de ensino foi acerca de saber as causas da sua migração do sistema modular para o regular de ensino, quando obteve-se as respostas que 04 alunos afirmaram que as causas foram devido às precárias estruturas pelas quais passam as escolas na zona rural e 02 alunos disseram que pela constante falta de professores.

Gohan (2016) destaca que o contexto escolar é um importante espaço para participação na educação. As demandas são históricas-acompanham o processo e o modelo de desenvolvimento do país, na maioria das vezes voltadas para os interesses da categoria profissional, mas as reivindicações ajudaram a construir as agendas de políticas públicas. Portanto, na realidade, a relação movimento social e educação existe nas ações práticas de movimentos, organizações e grupos sociais.

- Outra questão perguntada aos alunos egressos do sistema modular para o regular de ensino foi como a escola faz para lhe transferir para o sistema regular de ensino. As respostas foram pela unanimidade na medida em que

os 06 alunos responderam que a escola prepara apenas sua documentação de transferência e entrega.

Desta forma, a educação rural, tornou-se um objeto esquecido dentro das políticas públicas, restrita a uma escolinha rural multiseriada, uma professora desqualificada e um grande número de sujeitos analfabetos.

Uma das riquezas destes textos é apontar para a necessidade de mudar a visão negativa do campo e de seus povos, a fim de mudar a visão das escolas. É também ver e captar que o campo está vivo, que é um dos territórios sociais, políticos, econômicos e culturais de maior tensão, e que os povos do campo, em sua rica diversidade, afirmam-se como sujeitos políticos em múltiplas ações coletivas. (ROCHA E HAGE, 2010 p. 12)

- A pergunta no momento entre os alunos egressos do sistema modular para o regular de ensino foi no sentido de saber sobre o plano de estudos da escola que o recebeu como aluno do sistema modular para seu prosseguimento nos estudos no ensino regular. As respostas dos alunos se caracterizaram sendo, 03 aluno afirmou que a escola determinou que ele cursasse todas as disciplinas, mesmo já tendo cursado no modular. 02 alunos informaram que a escola disse que eles iriam estudar em outro horário para completar e 01 aluno respondeu que eles apenas repetiram suas notas de um bimestre ao outro.

O Sistema Modular de Ensino tem seus reflexos no comportamento da juventude do campo. Para França (2016) os recentes estudos sobre a Educação do Campo apontam que tal sistema também surgiu da necessidade de se criar uma Educação verdadeiramente voltada para a realidade do campesinato. Porém entendemos que uma educação pensada e criada nos moldes urbanos não condiz com a realidade do campo, inclusive podendo contribuir fortemente para uma compreensão equivocada da lógica de vida e cultura camponesa no decorrer do processo formativo desses jovens.

- Foi feita a indagação aos alunos egressos do ensino modular para o regular

de ensino, sendo a de conhecer como foi sua adaptação na escola de ensino regular, quando obteve-se a resposta pela unanimidade sendo que os 06 alunos informaram que não tiveram problemas em se adaptar ao ensino regular, acontecendo tudo normal.

Levando-se em consideração o aluno como sujeito

O Ensino Médio deve ser planejado em consonância com as características sociais, culturais e cognitivas do sujeito, tendo como referencial desta última etapa da educação básica: adolescentes, jovens e adultos. Cada um desses tempos de vida tem a sua singularidade, como síntese do desenvolvimento biológico e da experiência social. Se a construção do conhecimento científico, tecnológico e cultural é também um processo sócio histórico, o Ensino Médio pode configurar-se como um momento em que necessidades, interesses, curiosidades e saberes diversos confrontam-se com os saberes sistematizados, produzindo aprendizagens socialmente e subjetivamente significativas. Num processo educativo centrado no sujeito, a educação média deve abranger todas as dimensões da vida, possibilitando o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando. (Orientações Curriculares do Ensino Médio. (MEC/SEB/DPEM, 2004, p. 9-10).

Conclusão

Portanto, o título do trabalho, migração estudantil: egressos do sistema de organização modular de ensino remete a uma reflexão crítica sobre processos de migração da população do campo, face ao estabelecimento de diferentes formas na oferta do ensino em programas, regular e alternativo na educação pública do Estado do Amapá. Isso se dá no contexto da modalidade migratória de estudantes ser uma tendência geral no Brasil.

Havendo no contexto nacional tendência migratória, a pesquisa esforçou-se em analisar a migração estudantil num espaço local nas escolas públicas do Amapá. E desse ponto de vista, foi contemplado o estudo, face ao alcance do seu objetivo geral que encontrou situação fatos de migração de alunos entre os programas educacionais, regular e alternativo estimulados, face à busca por melhorias na aprendizagem e eficácia na formação escolar deste aluno. A opção

pela migração torna-se mais evidente, quando a permanência do estudante é ameaçada pelo nível de ensino incompatível com o que lhe é ofertado em sua comunidade. Nesta perspectiva, a pesquisa atendeu minhas expectativas observar essas diferenças nos programas ofertados.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Palestra: A Educação do Campo e as Políticas Públicas. Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, Pr. 26/03/2007.

ALDRT, R. S. **Sobre educação do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MARGITSCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.) Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da Terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009.

BÖNMANN, Patricia Angélica: Realidades das escolas do campo: um olhar crítico sobre espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica (Monografia)- Ijuí, RS 2015

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, Campinas, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Da escola rural de emergência à escola de ação comunitária**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (org.) Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo, SP: Editora Loyola, 6 edição, março de 2009.

BRANDÃO, Elias Canuto. **A Educação do Campo no Brasil e o Desenvolvimento da Consciência**, IN: SEMINÁRIO DO TRABALHO. Trabalho e Políticas Sociais no Século XXI, 8, 2012, Marília. 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2002.

BRAYNER, Conceição de N. M. **Um estudo avaliativo do Ensino Médio modular a partir das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo no Pará**. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <<http://educampoparaense.com.br/arquivos/Biblioteca/0102.pdf>> Acesso em: 03/0/2019.

CALAZANS, M. J. C. **Para compreender a educação do Estado no meio rural**: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Org.).

Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 2005.

CALDART, R. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão, 2012. 788 p.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: ARROYOM., CALDART, R. & MOLINA, M (orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Ed.Vozes, p.147-158, 2004

CASTRO, Elisa Guaraná de. (et al.). **Os jovens estão indo embora? juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Seropédica; EDUR, 2009.

COELHO, Daniela Palma . A organização do ensino em módulos: aprendizagens dos professores acerca da proposta e o papel formador do coordenador pedagógico. Mestrado Profissional do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores. São Paulo 2018 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP

COHEN, Jean L. **Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias**. DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, p. 419-459, 2003.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. A Relação Família – **Escola Rural do Campo: os desafios de um objeto em construção**. Temo In: AGUIAR, Marcia Angela da S (org.). Educação e diversidade: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009. V. 1, p. 213-34

COUTINHO, Adelaide Ferreira: Do direito à educação do campo: a luta continua! AURORA ano III número 5 - DEZEMBRO DE 2009 ____ISSN: 1982-8004
www.marília.unesp.br/aurora

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos,

1955.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Repercussão das políticas educacionais na escola: inovação, mudança e cultura docente.** Reunião 26a GT: Estado e Política Educacional/n. 5, Caxambu-MG, 2003.

FRANÇA, Jane da Silva: Ensino médio modular e seus reflexos na permanência da juventude no campo: o caso do Brejo do Meio município de Marabá-PA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Dissertação 2016

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do Campo.** In: MOLINA, M. C. JESUS, Sônia M. S. A. (ORGS.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.* Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

GOHN, Maria da Glória: Movimentos sociais e Lutas pela educação no Brasil: Experiências e Desafios na atualidade - Reunião Científica regional da ANPED-Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 24 a 27 de julho de 2016. _____ . **500 anos de lutas sociais no Brasil:** movimentos sociais, Ong's e Terceiro Setor. Rev. Mediações, Londrina, V. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000

COSTA Heliadora Georgete Pereira da. Políticas Públicas de Educação: um Estudo Sobre os Programas Federais de Educação para o Campo no Amapá. 2016. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá.

KITTA Eitler, BRANDÃO Ana Paula. Por que pobreza? : educação e desigualdade : (organizadoras) ; André Lazaro, (coordenador) . -- Rio de Janeiro :Fundação Roberto Marinho, 2014. -- (Por que pobreza?) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MARINHO, Dalcione Lima. **Rompendo cercas e construindo saberes: a juventude na construção da educação profissional do campo no Sudeste do Pará.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares. Instituto Federal do Pará – IFPA, Castanhal: 2015.

MEC/SEB/DPEM. **Orientações Curriculares do Ensino Médio.** Brasília – DF: Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica – SEB Departamento de Políticas de Ensino Médio 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/01Apresentacao.pdf>> Acesso em 12 Ago. 2019

MOLINA, Monica C.; FREITAS, Helana C. de A. **Avanços e Desafios na Construção da Educação do Campo**. IN: Em Aberto, Brasília, V. 24, N.85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/266> Acesso em: 01/09/2019.

NUNES, Jane Maria Rosa - Causas e consequências da desvinculação da educação do campo na agricultura familiar: Um Estudo de Caso do Ensino Médio da Escola Nova República /. - 2017. 74 f.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo; FFLCH/Labur Edições. 2007. p.66-71; p.104-126. 185 p.

OLIVEIRA, Sara Badra de. **Desafios e possibilidades do processo de construção coletiva de Projeto Político-Pedagógico**: o caso de uma EMEF Paulistana. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PARÁ, Lei Nº 7.806, de 29 de abril de 2014. **Dispõe sobre a Regulamentação e Funcionamento do Sistema de organização Modular de Ensino – SOME**. Disponível em: <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo7806.pdf> Acesso em: 01/09/2019.

PERRENOUD, Phillipe. Construir competências é virar as costas aos saberes? In: Pátio – Revista Pedagógica, Porto Alegre, n. 11, p. 15-19, nov. 1999.

QUEIROZ, L. R. S. **Educação musical e cultura**: singularidade e pluralidadecultural no ensino e aprendizagem da música. Revista da Abem, Porto Alegre, n. 10,p. 99-107, 2004.

Revista Brasileira de Educação do Campo The Brazilian Scientific Journal of Rural Education ARTIGO/ARTICLE/ARTÍCULO DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n1p260>

RODRIGUES, Caroline Leite. **Educação no meio rural: um estudo sobre salas multisseriadas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2009.

RODRIGUES, João Marcelino Pantoja. No espelho do rio o que reflete e o

que “SOME”? O Sistema de Organização Modular de Ensino (“SOME”) sob o olhar de jovens egressos no município de Breves – Pará. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4615.pdf>
Acesso em 17 de julho de 2019.

ROCHA, M. I. A; HAGE, S. M. Escola de direito: Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2)

SANTOS, Marilene: Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n. 98, p. 185-212, jan./mar. 2018 Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, Sergipe, Brasil

SANTOS, Ramofly B. dos. **A Educação do Campo, Movimentos Sociais e o Ensino da História.** XVII Simpósio Nacional de História, Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal – RN: 22 a 26 de julho de 2013

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX E XX. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137- 1157, set./dez. 2006 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 15 mai 2015.

REZENDE, Regina Maura. **Movimentos sociais na atualidade:** algumas reflexões. Rev.Triang.: Ens. Pesq. Ext. Uberaba –MG, n. esp.dez., p. 45-51, 2011.

REZENDE, Janaina Ribeiro. **Os sentidos da formação em pedagogia da terra: o caso das militantes do MST no estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2010.

VENDRAMINI, Célia R. **Terra, Trabalho e educação:** Experiências Socieducativas em Assentamentos do MST. Ijuí: Editora Unijú. 2000

THURLER, Monica Gather. **Inovar no interior da escola.** Tradução de Jeni Wolff. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Políticas de Formação de Educadores do Campo.* Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007 157. Disponível em

<http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 04/04/2019, às 14h.

LIBÂNEO, José Carlos, Didática. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

NASCIMENTO, Claudemiro G. *A Educação e Cultura: As Escolas do Campo em Movimento*. Revista Fragmentos de Cultura, V.16, Nº 112, Editora UFPR. 2015. Disponível em: www.geocities.ws/claughnas/educacaoecultura.doc Acesso em: 10/07/2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Políticas de Formação de Educadores do Campo*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007 157. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 04/08/2019, às 14h

GOMES, Nilma L. *Indagações sobre o Currículo: Diversidade e Currículo*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> Acesso em 07/08/2019

ANTUNES, Helenise; CRUZ, Daniela C.; BATALHA, Denise V. *Currículo: Busca da Identidade do campo*. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Pontífica Universidade Católica do Paraná, Curitiba 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5485_2743.pdf Acesso em: 14/08/2019

CAMARGO, A. A E PADILHA R. C. H. W. *A Indisciplina no Contexto da Gestão Escolar*. SEED, 2009

LIMA, Elmo de S. Educação do Campo, Currículo e Diversidade Culturais. *Espaço do Currículo*. V.6, Nº 3, p. 608-619, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/18998/10545> Acesso em: 15/0/2019.

PEREIRA, Rosenildo da Costa, *Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e a inclusão social de jovens e adultos do campo – Universidade Federal do Pará (UFPA)*, 2016.

SILVA, G.T. *Por uma docência fascinante*. Artigonal, São Paulo, Set. 2009. Seção artigos. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/por-uma> Acesso em: 10 mar. 2019.

NICKEL, Daniele Cristine. *Percepção de estresse e atitudes de aprendizagem de docentes na mudança do sistema seriado para o modular: estudo de caso numa instituição superior/ Daniele Cristine Nickel*. Florianópolis, 2004. 203 f <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87153> Acesso em 15/08/2019

EGRESSOS DO SISTEMA MODULAR